

o jornal



Perante a "oferta" de Mário Soares

Brasil escolherá os retornados que lhe interessarem

Afonso Praça, enviado especial

pág. 32



Soares, à saída do Palácio do Congresso Brasileiro
Profissionais especializados para o Brasil, só os que não façam concorrência

PSD contra o Governo por causa de "O Século"

Só hoje deverá ser apreciado no plenário da Assembleia da República o voto de protesto contra o Governo, antecedido pelo grupo parlamentar do PSD/PPD, a propósito da destituição de um administrador da Empresa Pública dos Jornais Século e Popular e da invalidação da nomeação do deputado Luís Nandin de Carvalho, daquele partido, para o cargo de director de «O Século».

Nos meios parlamentares considera-se que o voto de protesto não deverá passar no plenário, prevendo-se que a ele se oponham os grupos parlamentares do PS e do PCP, além do deputado da UDP, e que os representantes do CDS se abstenham na votação.

O voto deveria ter sido apreciado na sessão de ontem, quinta-feira, mas a continuação da discussão da matéria relativa ao diferendo PSD-Governo devido

a este caso não permitiu a votação dentro do período de antes da ordem do dia.

Na sessão de ontem, o Governo foi uma vez mais asperamente criticado pelos deputados sociais-democratas, na presença do subsecretário de Estado da Comunicação Social, João Soares Louro, que, tendo chegado a pedir ao presidente da assembleia autorização para falar, acabou por prescindir do uso da palavra, aparentemente por

ter concluído que a votação a efectuar, hoje, no plenário, deverá neutralizar a possibilidade de os sociais-democratas fazerem aprovar o seu voto de protesto.

Entretanto, nota-se grande agitação nos bastidores, enquanto o PSD procura ganhar tempo, com o objectivo aparente de tentar, no momento decisivo, encontrar uma saída ársia para defender a sua posição.



Depois das eleições, como vai este País?

A esquerda está contente e a direita feliz

Comentários págs 2 e 4

Periscópio espreitou o "cocktail" do Poder Local

Portugal conta votos e a RTP oferece 'copos'

pág. 10

"O Jornal" publica-se no dia 23

Por ser feriado o dia 24 de Dezembro (véspera de Natal), é antecipado para o dia anterior, quinta-feira, 23, a saída do próximo número de «O Jornal».

colecção
AU
AUTORES UNIVERSAIS

SIMONE DE BEAUVOIR
JEAN-PAUL SARTRE
GRAHAM GREENE
BORIS PASTERNAK
HENRI CHARRIÈRE
FRANÇOISE SAGAN

LB LIVRARIA BERTRAND
APARTADO 37 - AMADORA

Eleições para as Autarquias

Votar, porquê? Votar, para quê?

Nuno Vitorino

A eleição dos corpos administrativos das autarquias locais, ocorrida no domingo passado, foi apelidada de Poder Local pelo mais poderoso instrumento de comunicação social. Essa designação poderia ter servido para valorizar, a par da problemática decorrente dos resultados eleitorais, duas questões extremamente importantes: por um lado, a das competências autárquicas e, com elas, a da repartição de poderes entre a administração central e as autarquias — ou seja, a do objecto do poder local; por outro, a da utilização do poder local pelas forças políticas que agora o detêm — isto é, a da participação quotidiana dos eleitores no exercício desse poder.

Centram-se as atenções, no entanto, na apresentação e tentativa de interpretação dos resultados eleitorais, e, ao descuidarem-se dessas questões, não foram debatidos (pelo menos com a profundidade que impõem) os problemas então oportunos que levantam, nem considerados (também na medida) o que entendemos serem as principais chaves para o mais importante dos resultados eleitorais: a elevada percentagem de abstenções.

Esta percentagem, que aliás tem vindo a aumentar regularmente (8,3 por cento em 1975, 16,7 por cento na eleição da Assembleia da República, 24,6 por cento nas eleições presidenciais e 35,5 por cento nas eleições para as Autarquias), não parece poder encontrar uma explicação satisfatória nem na consolação procurada pelos exemplos das democracias europeias, nem na constatação do cansaço dos eleitores ou da complexidade do processo eleitoral nem, sobretudo, na lamentação da inexistência de condicionantes comportamentais por parte dos meios de comunicação social. Embora existam diferenças regionais nas percentagens de abstenção que, a par da sua também diferente incidência nas diversas formações políticas, pos-

sibilitariam uma análise detalhada (e, necessariamente, longa) dos fenómenos e circunstâncias por elas responsáveis, o facto de terem provocado uma generalizada diminuição do número de votos — que o Quadro I ilustra — sugere, só por si, que esse aumento tenha uma determinante de ordem também geral.

Será, com efeito, lícito supor que uma grande parcela do eleitorado não tenha conseguido encontrar resposta a duas perguntas que muito legitimamente terá formulado ao longo dos actos eleitorais: votar, porquê? votar, para quê?

Estas interrogações que no caso das autarquias seriam satisfeitas pela compreensão e posterior escolha do que é — ou, do que deveria ser — o objecto do poder local e pela aceitação de uma proposta de participação no seu exercício não terão portanto sido respondidas. E, não o tendo sido, afastaram por um lado grande número de eleitores; e, por outro, terão reduzido os votantes a todos os que, mesmo nestas condições, sentiram a necessidade de manifestar a sua confiança numa formação política determinada.

Poderemos de facto considerar que as condições muito particulares das eleições para as autarquias, onde a mais saliente característica se pode encontrar na proximidade entre os eleitores e os candidatos a escolher, pressuporiam um comportamento também particular do eleitorado. Mas, no entanto, e para além da já salientada diminuição de votos em todos os partidos (todos terão portanto perdido), verificou-se que a principal surpresa dos resultados eleitorais foi a inexistência de surpresas.

Na verdade, tanto as posições relativas dos partidos como a sua implantação geográfica (com ligeiras alterações, muito localizadas) se mantiveram — como poderá ser verificado pela comparação entre os dois mapas que se juntam.

Esta manifestação das posições partidárias poderá ser explicada, segundo cremos, pela dificuldade em apreender — no plano concreto da problemática das autarquias locais — diferenças nas propostas das diversas formações políticas que se sobrepõem às conhecidas (e, ainda agora, sobretudo explícitas) oposições ideológicas e consequentemente divergências programáticas. Não existindo, assim, informação que confrontasse os partidos na escala em que agora se desenrolava a luta pelo poder — a local — foram os conflitos transpostos para o nível onde, em Abril de 1976, se haviam localizado as eleições: o nacional. As condicionantes do voto ter-se-ão, portanto, mantido; e os resultados são, necessariamente, muito semelhantes, numa relação de forças partidária que entre as eleições para a Assembleia da República e para as Autarquias Locais não observou grandes al-

terações.

Gostaríamos, finalmente, de pôr de sobreaviso os leitores sobre a comparabilidade das votações (e das respectivas percentagens) entre os diversos partidos: ela está dependente do número de autarquias onde foram apresentadas candidaturas e, portanto, do número de eleitores cujo voto poderia ser conquistado; na verdade, recorrendo a um exemplo extremo, não é lícito pôr em igualdade o P.S. que concorre em 296 concelhos e o P.R.T. que apenas se apresenta num, já que todos os cálculos são efectuados sobre o número total de eleitores inscritos. Por outro lado, a interpretação das diferenças ocorridas entre Abril e Dezembro de 1976 — que adjectivámos de ligeiras e localizadas — deverá poder ser feita, na maioria das situações, pela detecção quer de fenómenos de caciquismo, quer do leque de formações partidárias que aí apresentaram candidaturas.

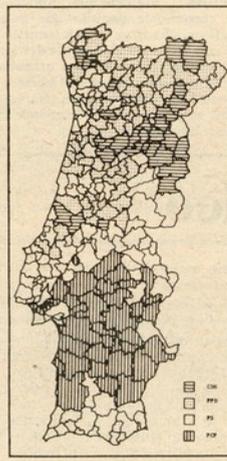


Fig. 1 — Partidos maioritários por concelho nas eleições para a Assembleia da República

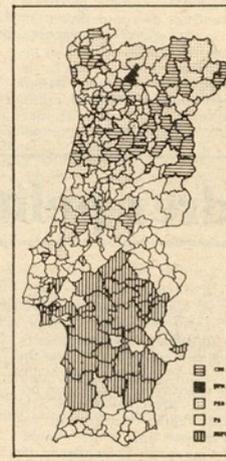


Fig. 2 — Partidos maioritários por concelho nas eleições para as autarquias locais

Quadro I.

Diferenças entre o número de votos nas eleições para a Ass. da República e para as aut. locais

	N.º DE VOTOS AUTARQUIAS		N.º DE VOTOS ASS. REPÚBLICA		DIFERENÇA
	N.º	%	N.º	%	
PS	1 386 362	33,24	1 887 180	35,0	- 500 818
PSD	1 012 351	24,27	1 296 432	24,0	- 284 081
FEPU	737 586	17,69	(1) 827 574	15,4	- 89 988
CDS	692 869	16,61	858 783	15,9	- 165 914
PPM	7 507	0,18	28 163	0,5	- 20 656
GDUPS	104 629	2,51	(2) 122 448	2,3	- 17 819
TOTAL	4 170 494	64,55	5 396 112	83,3	- 1 225 618

(1) — PCP + FSP (o MDP/CDE não concorreu às eleições para a Assembleia da República)
(2) — UDP + MES

Quadro II.

Resultados globais das eleições para as câmaras municipais

	N.º CONCELHOS EM QUE SE A PRESENTOU.	CÂMARAS		MUNICÍPIOS	
		N.º DE PRESENTANTES	MAIORIA ABSOLUTA.	N.º DE SIMPLS	% DE MANUTENÇÃO.
PS	296	115	61	54	691
PSD	261	115	77	38	623
FEPU	287	37	13	4	267
CDS	243	36	14	22	317
PPM	10	1	—	1	3
GDUPS	77	—	—	—	5
MRPP	58	—	—	—	—
PCPM	26	—	—	—	—
LCI	13	—	—	—	—
PRT	1	—	—	—	—

Oposições escolheram entre agressividade e prudência

Os sintomas de uma oposição mais violenta ao Governo parecem detectar-se já por parte do PSD na sequência da interpretação que os dirigentes deste partido deram aos resultados do último acto eleitoral. De facto, contrastando flagrantemente com a discrição dos seus parceiros que, de um lado ou de outro, se reclamam também da oposição, o partido do dr. Sá Carneiro evidencia, quer nas declarações publicamente prestadas, quer nos actos, de que é exemplo a questão surgida com a direcção do jornal «O Seculo», uma vontade firme de transportar para o imediato os resultados obtidos nas urnas.

«O PSD não quer estar com o PS no Governo», declarou-o na televisão, durante a mesa-redonda da passada segunda-feira, o responsável máximo deste partido. Ao fazê-lo o dr. Sá Carneiro não deixou quaisquer dúvidas de que o jogo passava a ser outro, ou pelo menos iria ser claramente descoberto. O seu partido não deseja partilhar as responsabilidades de governar numa situação que não é fácil, e, escudado pelos votos obtidos, pretende mesmo tornar essa situação ainda mais difícil ao anunciar, na mesma ocasião, que «opor-se-á sempre (...) enquanto não houver uma política económica definida».

E, aliás, este último ponto que serve de pretexto ao responsável social-democrata para renovar, no dia seguinte, em conferência de Imprensa na Gulbenkian, a sua profecia de há poucas semanas segundo a qual se pode verificar «um colapso do Governo socialista, se continuar a revelar a mesma falta de eficácia e ambiguidade». Quer com isto o dr. Sá Carneiro dizer que o executivo não concretizava a política que, de acordo com a sua opinião, conduziria à recuperação da economia e ao equilíbrio da balança de pagamentos. E essa política também foi claramente anunciada pelo presidente do PSD: desna-

cionalização das pequenas e médias empresas, integradas por arrastamento no sector público; pagamento de indemnizações por expropriação mediante títulos utilizáveis na aquisição das empresas desnationalizadas; fomento da produção e da exportação; e definição clara dos sectores público e privado. Quanto à Reforma Agrária, foi preconizada a redistribuição de terras expropriadas a pequenos produtores e cooperativas independentes.

Para a concretização deste projecto político, Sá Carneiro chegou mesmo a propor aquilo que considera a alternativa ao Governo socialista — um executivo «reduzido em número de membros, escolhidos segundo uma óptica de competência, pertencentes a partidos democráticos e sem partido, com um programa claro que enfrente a situação nacional com um plano de emergência».

Ora esta proposta, enquadrada na agressividade com que o PSD sai das eleições, (e veja-se como foi utilizado o caso «O Seculo»), não pode deixar de reflectir que o partido do dr. Sá Carneiro estará disposto a jogar nas próximas semanas todos os seus trunfos procurando tornar

reais as profecias que desde há tempos se empenha em divulgar.

Assembleia da República

O mesmo já não acontece, no entanto, com o outro partido à direita do PS que se encontra na oposição — o CDS do prof. Freitas do Amaral. Até aqui, e mesmo que se tenha em conta a derrota sofrida nas urnas, os seus responsáveis apenas levantaram uma ponta do véu que encobre aquilo que vai ser a sua estratégia pós-eleitoral. Foi Freitas do Amaral quem disse se encarregou ao afirmar perante os representantes dos outros partidos na mesa-redonda televisiva que, a partir de agora, deveria considerar-se a Assembleia da República como o centro principal da vida política da Nação.

Só o dr. Mário Soares reagiu a esta afirmação por saber quão verdadeira ela poderá ser se continuarem a verificar-se coincidências factuais entre os três maiores partidos da oposição ali representados, que têm como resultado objectivo aquilo a que ele próprio chamou de «santa aliança» contra o Governo. No

entanto não só durante a mesa-redonda como depois, também numa conferência de Imprensa na Gulbenkian, o prof. Freitas do Amaral fez questão em insistir que os resultados eleitorais não iriam alterar a atitude de oposição do CDS, a qual caracterizou como «democrática, civilizada e aberta ao diálogo de ideias».

Insistiu também o dirigente centrista em considerar que das eleições «não resultam quaisquer modificações significativas no quadro geral da política portuguesa, de um ponto de vista nacional». E acentuou que «quaisquer transformações que venham a surgir não serão consequência das eleições, mas de outros factores, como, por exemplo, os resultantes da crise económica que o País atravessa».

«Dependerá da capacidade enfrentar a crise económica» o futuro do Governo, disse ainda o dirigente do CDS e recordou que «existem na situação actual sintomas particularmente negativos que podem levar a uma agudização de tal maneira grave que o Governo pode vir a encontrar-se incapaz de governar».

Tempo de análise

Quando ao PCP, principal componente da Frente Eleitoral Povo Unido, tem sido parcimo-

nioso a sua intervenção sobre os efeitos a nível político geral do resultado das eleições.

A parte a participação do dr. Alvaro Cunhal na mesa-redonda televisiva, o Partido Comunista tem procurado não vir a público dizer a forma como interpreta estes resultados enquanto factores de possíveis alterações aos níveis mais elevados de organização do poder. «As consequências políticas, a nível nacional, dos resultados apurados nas eleições para as autarquias locais serão mais apreensíveis num futuro próximo», dizia, ainda na quarta-feira, cautelosamente, «O Diário», em editorial.

E mesmo em relação às alternativas ao Governo socialista propostas pelo PC durante o seu VIII Congresso houve um nítido recato. «Uma vez que, como reconheceu o próprio secretário-geral do partido na mesa-redonda com os restantes dirigentes políticos «não há interesse em que caia o Governo PS para vir outro do PSD e do CDS». Ora como «não existe uma efectiva maioria de esquerda, porque socialistas e comunistas não se estão a entender», disse ainda o dr. Cunhal, para os comunistas o tempo que se vai seguir parece ser mais de análise atenta dos acontecimentos do que tomadas de iniciativa que, à partida, se supõe destinadas a não ter grande resultado.

Promessas do novo presidente da Câmara

Aquilino Ribeiro: "Não iremos privilegiar nenhum partido nem estabelecer alianças preferenciais"

O primeiro presidente eleito para a Câmara Municipal de Lisboa — Aquilino Ribeiro Machado — não teme as responsabilidades que envolvem a gestão do principal município do País. Máquina ancilosada, pesadamente burocrática, herdada ainda de vícios e deformações estruturais, que tanto se reflectem na vida da cidade e no bem-estar das suas populações, a que se possui na Câmara Municipal de Lisboa, sob orientação socialista? Que não caibam nos interesses gerais de uma comunidade urbana de quase um milhão de pessoas. Na entrevista que publicamos, Fernando Antunes recolheu algumas das ideias-força que orientarão o programa de Aquilino Ribeiro, na gestão da Câmara Municipal de Lisboa: sem enjeitar o apoio e a colaboração de outras forças políticas, a nova Câmara de Lisboa — diz o seu presidente — não privilegiará nenhum partido nem vai envolver-se por alianças preferenciais, apoiando, contudo, e sem complexos, as propostas que parecerem mais construtivas, sempre de acordo com os interesses da cidade e dos seus municípios.



Aquilino Ribeiro Machado
Contemplar desde já problemas locais

adequadas, independentemente das repercussões que possam vir a ter, ao nível de certos sectores mais ligados a interesses partidários.

P. As assembleias municipais são os órgãos deliberativos das Câmaras com uma função adjuvante extremamente sensível. Como pensa que actuarão esses órgãos de apoio e cooperação?

R. Ainda não conhecemos, neste momento, qual o número de representantes que iremos obter através da lista que apresentámos para a Assembleia Municipal, mas sabemos que é uma representação confortável. Para além disso temos, por inerência, os presidentes das juntas de freguesia de Lisboa, e estes são largamente do P. S. E assim teremos apoio e representação significativos no órgão deliberativo da Câmara ao qual irão caber as tomadas de decisões mais importantes na definição da linha política que o Município deverá seguir, o que nos deixa afeitos o futuro com alguma tranquilidade.

P. As relações intermunicipais têm sido poderoso elemento condicionador das soluções recomendadas no interesse das populações dos diferentes concelhos que circundam o de Lisboa. Como irá fixar a sua estratégia

quanto às relações com cada uma das Câmaras Municipais com todo o peso político que representam?

R. Quanto à cooperação com os Municípios limítrofes, pensamos que ela não é só desejável como indispensável, o que decorre da circunstância de Lisboa não ser propriamente uma unidade urbanística isolada, mas parte de um grande todo, em relação ao qual terá de existir um esforço de coordenação e de conjugação para que funcione de forma adequada.

Assim entraremos em contacto com os Municípios limítrofes para o estabelecimento de acções bilaterais em todos os aspectos em que existam interdependências. Procuraremos, por outro lado, fazer frutificar e conduzir até às consequências necessárias, a Federação dos Municípios, que, de resto, já existe mas cujo funcionamento foi até agora mais que precário ou até mesmo inexistente na prática.

Pensamos que, para além da coordenação em problemas que dizem respeito, na maior parte dos casos, a questões como a dos transportes e de ordenamento urbano, os contactos terão de ser encaminhados no sentido de encerrar, também, as repercussões que poderão advir de determinadas decisões que se apresentem como exclusivamente locais. Assim a construção de um importante conjunto habitacional pode vir a reflectir-se pelas consequências que acarretará no trânsito e noutras áreas de interpenetração, em zonas vizinhas de outros concelhos. Se esse desenvolvimento urbano estiver nas proximidades das fronteiras das áreas concelhias limítrofes, naturalmente se verificará. Deste modo, procuraremos, a todo o passo, uma troca de informações actualizada e uma informação permanente, em relação às acções que estiverem a ser empreendidas quer dum lado quer do outro das fronteiras municipais.

P. Quando saia da Assembleia de voto, no passado do-

mingo, teve oportunidade de declarar que Lisboa, como cidade degradada, carecia de cirurgia urgente. Nesta perspectiva como encara a possibilidade de custear tão complicada intervenção quando as receitas municipais parecem tão escassas para o volume e extensão dos trabalhos a realizar?

R. A cidade tem-se degradado porque começa por ser um grande conjunto desorganizado de implantações habitacionais sem uma clara funcionalidade. É assim muito difícil introduzir uma disciplina racionalizadora quando o próprio processo de crescimento é irracional. E indispensável, neste momento, avaliar as situações criadas e procurar, na medida do possível, as zonas que para esse efeito ainda prestem para reintroduzir a organicidade que se perdeu, através da utilização adequada de espaços intercalares com essas características.

Por outro lado, os problemas financeiros de uma Câmara são de facto a grande dor de cabeça de qualquer gestão municipal. E não é possível por uma Câmara a funcionar sem um dispendio bastante pesado, em muitos sectores, como sejam os transportes, os arruamentos e o equipamento básico que de verbas estão extraordinariamente carecidos. Os problemas não podem ser resolvidos, nas presentes circunstâncias, por um aumento das taxas municipais. O contribuinte de Lisboa já é o mais onerado do País pelo que pensamos que a solução terá de ser enquadrada num plano mais vasto de participação nas receitas gerais do Estado. A Lisboa terá de caber um quinhão significativo nessa repartição, uma vez que os problemas não são apenas os de uma cidade como tal, mas os de uma capital de um país, o que pressupõe a satisfação de certas funções de que carece presentemente.

P. Quais as prioridades a que vai dar particular impulso numa cidade onde os problemas abundam quase tanto como as cabeças que se afirmam capazes de os resolver?

R. Os principais problemas são os da habitação e do trânsito. Os primeiros, naturalmente, porque Lisboa é a cidade mais solicitada do País, uma vez que aqui existe a maior expectativa quanto à procura de postos de trabalho, independentemente de para a capital continuar a verificar-se uma afluência constante das populações que abandonam as zonas rurais e se deslocam para os grandes centros — Lisboa, Porto, Aveiro e Braga, entre alguns dos principais. Mas a cidade de Lisboa é uma espécie de bomba que aspira permanentemente os excedentes demográficos do País. Ora não se pode resolver os problemas de Lisboa — em Lisboa. Eles terão de ser resolvidos e encarados através de um plano de desenvolvimento equilibrado de todo o País, facto que faz incidir sobre a capital uma pesada alianção.

P. A chaga permanente e herdada dos «bairros de lata» configura um dos problemas mais delicados de uma gestão municipal. Como técnico que tem dedicado muitos anos de actividade profissional ao estudo da temática habitacional, não deixará certamente de ao problema dedicar a melhor atenção. Contudo, será sua intenção voltar-se desde já para os bairros degradados?

R. É evidente que sim. Há problemas locais que têm de ser desde já contemplados como sejam, por exemplo, os que dizem respeito às graves carências habitacionais das classes mais desfavorecidas que aqui vivem há longos anos, em bairros mais degradados, e, até completamente inadequados para se poder neles habitar. Veja, de facto, o que acontece com os bairros de lata. Pois há populações que vivem ali, há muitas dezenas de anos. Ora são, na verdade, situações que não podem permanecer, durante muito mais tempo, para não dar azo a que a injustiça se eternize, e, também, para que as pessoas não descreiam de horizontes mais confiantes e promissoras que as ideias que defendemos lhes permitam.

Íntimo como em sua casa
festivo como no ambiente mais cosmopolita
requintado como só é possível no Hotel Alvor ALGARVE



dias 24/25/26
estadia 1 830 esc.

dias 31/1/2
estadia e reveillon
2 830 esc.

com a presença de
SIAN LESLIE,
artista da TV inglesa
Maria Jo / fadista
D'Angolys Junior
malabarista

dias 24 a 2
estadia e reveillon
7 100 esc.

com a presença de
SIAN LESLIE,
artista da TV inglesa
Maria Jo / fadista
D'Angolys Junior
malabarista

Marcações: 0082-24021 Alvor 688867 Lisboa